

A INFLUENCIA DA COMISSÃO BRASILEIRO-AMERICANA DAS POPULAÇÕES RURAIS (CBAR) NO COLÉGIO “AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIRO” BANANEIRAS, PARAÍBA – BRASIL

LA INFLUENCIA DE LA COMISIÓN BRASILEIRO-AMERICANA PARA POBLACIONES RURALES (CBAR) EN LA ESCUELA “AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIRO” DE BANANEIRAS, PARAÍBA – BRASIL

THE INFLUENCE OF THE BRAZILIAN-AMERICAN COMMISSION FOR RURAL POPULATIONS (CBAR) ON THE "AGRÍCOLA VIDAL DE NEGREIROS" SCHOOL, BANANEIRAS, PARAÍBA – BRAZIL

Sandra Elisabeth Santiago Beltrão¹

Resumo: Neste artigo, analisamos a influência da Comissão Brasileiro-Americana das Populações Rurais nas atividades no Colégio Agrícola “Vidal de Negreiros” no século XX. A principal influência foi na extensão Rural onde promoveu diversos cursos para a população rural, as filhas e esposas desses produtores rurais, cursos de curta e longa duração de artesanatos diversos, corte costura e bordados. Outra influencia marcante foram as semanas ruralistas, esses eventos ocorreram por anos e tinham como objetivo discutir aspectos relativos à condição de vida das populações rurais brasileiras. A primeira semana foi realizada em 1947 com a participação de produtores das cidades vizinhas. O curso de Economia Rural Doméstica teve início na década de 30, mas foi com a influência da CBAR em 1946 que o curso foi ampliado. Por meio de periódicos nacionais, relatórios do Serviço de Informação Agrícola (SIA) e revisão bibliográfica, fotos do arquivo do CAVN, verificamos como a CBAR incentivou de forma positiva para o desenvolvimento dos cursos de Economia Rural Doméstica e as semanas ruralista nas décadas entre 40 a 70 promovendo a modernização e compreendendo as necessidades das áreas rurais, principalmente da Paraíba, Brasil e se tornaram espaços de fomento de conhecimento técnico e científico em agricultura e saúde.

Palavras-chave: Educação do Campo 1. Extensão Rural 2. Economia Rural 3. Desenvolvimento 4. Trabalhador Rural 5.

Abstract: In this article, we analyze the influence of the Brazilian-American Commission for Rural Populations (CBAR) on the activities at the "Vidal de Negreiros" Agricultural School in the 20th century. The main influence was in Rural Extension, which promoted various courses for the rural population, including short- and long-term courses on various crafts, sewing, and embroidery for the daughters and wives of rural producers. Another significant influence was the “Ruralist Weeks,” events that took place for years with the aim of discussing aspects related to the living conditions of Brazilian rural populations. The first week was held in 1947, with the participation of producers from neighboring cities. The Rural Domestic Economy courses began in the 1930s, but it was with the influence of CBAR in 1946 that the courses were expanded. Through national periodicals, reports from the Agricultural Information Service (SIA), bibliographic review, and photos from the CAVN archive, we identified how CBAR positively encouraged the development

¹ – Técnica Administrativa, Departamento de Ciência Animal. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: snrbeltrao@gmail.com.

of Rural Domestic Economy courses and the “Ruralist Weeks” during the 1940s to 1970s, promoting modernization and understanding the needs of rural areas, especially in Paraíba, Brazil. These events became spaces for fostering technical and scientific knowledge in agriculture and health.

Keywords: Rural Education 1. Rural Extension 2. Rural Economy 3. Development 4. Rural Worker 5.

1. INTRODUÇÃO

Breve Análise do Surgimento dos Acordos Entre Brasil e Estados Unidos No Período de 1930 a 1950

Antes de direcionarmos nossa explanação sobre a influencia da Comissão Brasileiro-Americana das Populações Rurais (CBAR) no Colégio “Agrícola Vidal de Negreiro” (CAVN), propomos uma breve compreensão sobre como esse e outros acordos foram firmados entre o Brasil e os Estados Unidos da América com finalidade de desenvolver as práticas agrícolas.

O período de 1940 e 1950 é marcado pelo surgimento de diversos programas e projetos governamentais que estão presente na história da educação agrícola, sendo os programas patrocinados pelo governo norte-americano.

O progresso na nossa agricultura depende, em grande parte, da educação do homem do campo [...]. Uma obra de educação rural não pode, portanto, ficar ‘adstrita’ ao ensino técnico nas poucas escolas destinadas ao preparo profissional dos trabalhadores da agricultura. (CALAZANZ, 1993, p. 21).

Segundo Mendonça (2007), historicamente, Estados Unidos e América Latina, apesar de vizinhos, mantiveram laços muito mais estreitos com a Europa do que entre si. Só após a nova conjuntura econômica e política esse cenário mudaria modificando as relações entre ambos, isso ocorre através da “Política da Boa Vizinhança” promovida pelo presidente Roosevelt, nos anos 1930, através do Institute of Inter- American Affairs (IIAA), criado em 1942 e responsável pelo primeiro programa de assistência técnica que tinha como objetivo melhorar as condições de saúde, educação e agricultura Latino América.

Os Estados Unidos desenvolveram várias políticas e projetos que contribuíram com o extensionismo agrícola, o Ministério da Agricultura adota esses acordos em planejamento em médio prazo decorrentes do cumprimento de deliberações determinadas na Terceira Conferencia Interamericana de Agricultura, realizada em Caracas em 1945, a partir desta foi definido pela primeira vez um plano Quadrienal de trabalho, até início de 1950, ficando estabelecido seguir o que previa o Ministério de Produção que tinha como finalidade, orientar, fomentar e defender a produção agropecuária. Sobre o interesse dos Estados Unidos:

O ano de 1945 marcou uma profunda transformação nas relações internacionais, dando aos Estados Unidos uma posição econômica e militar tão inquestionável que a colocaria sob sua tutela o conjunto do capitalismo Ocidental, presidida por sua necessidade de expandir e aprofundar mercados externos para seus produtos,

¹ – Técnica Administrativa, Departamento de Ciência Animal. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: snrbeltrao@gmail.com.

bem como de encontrar novas áreas para investimento de seus excedentes de capitais. Afinal, o crescimento da economia norte-americana ainda dependia de matérias-primas baratas como suporte à crescente capacidade de suas nascentes corporações. (MENDONÇA, 2010, p. 05).

Barreiro (2006) explica que os acordos firmados entre Brasil e Estados Unidos foram resultados de encontros, debates e palestras entre as partes, onde estes expunham problemas referentes à condição de vida das populações pobres, em destaque a rural, ainda conforme o autor após esses encontros a educação foi definida como fator de segurança nacional, passando a ser critério para o desenvolvimento comunitário- social com capacidade de expandir o desenvolvimento nacional.

De acordo com Mendonça (2010 a), o primeiro acordo, que originou a Comissão Brasileiro-Americana de Óleos, foi assinado por Nelson Rockefeller, diretor do IIAA e o ministro da Agricultura em setembro de 1942; o segundo, firmado entre o DASP, o Serviço de Informação Agrícola da Pasta da Agricultura e o Foreign Office que se destinou à dotação de verbas para financiar a tradução, impressão e distribuição de publicações agrícolas estadunidenses, visando vulgarizar métodos e técnicas destinados à elevação da produtividade agrícola no país. O terceiro acordo segundo a autora foi denominado Food Supply Program in Brazil e tinha como finalidade maximizar a produção brasileira de gêneros alimentícios; e, finalmente, tem-se o quarto acordo, que deu origem à "Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios" (CBA), com atuação nas regiões Norte-Nordeste do país, incumbida de implantar o Programa de Treinamento Vocacional para trabalhadores rurais. Depois da conferência:

[...] A Educação Rural, o Plano contou com o suporte de novo acordo firmado, em outubro de 1945, entre o Ministério e a “Fundação Inter-Americana de Educação”, com vigência prevista para o período compreendido entre janeiro de 1946 e junho de 1948. A delonga no depósito dos fundos brasileiros junto ao Banco do Brasil faria com que o tratado tivesse seu início adiado por um ano, [...]. (MENDONÇA, 2007, p. 257).

Conforme a mesma autora, deste novo acordo surgiu a Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), órgão a ser gerenciado pelo Ministério da Agricultura e atuante a partir de 1947 mediante, sobretudo, a proliferação de Centros de Treinamento de Operários Agrários espalhados por todo o país, em especial nas regiões Norte e Nordeste.

Assim, o objetivo da pesquisa foi avaliar a influência da CBAR nas atividades do CAVN nas décadas entre 40 a 70, a pesquisa foi elaborada a partir de fontes bibliográficas, onde foram utilizados livros, teses, dissertações, artigos, consulta ao arquivo do CAVN, acervo de fotos do memorial do CAVN e também foram consultadas fontes online como o site jusbrasil que disponibiliza páginas do diário oficial do marco temporal da pesquisa, enriquecendo de forma significativa nosso trabalho. Alguns dos autores utilizados foram, Sonia Regina de Mendonça (2007, 2010), Iraíde Marques Freitas Barreiro (2006, 2013), Maria Julieta Calazans (1981, 1993), Osvaldo Peralva (1948), Nathalia dos Santos Nicolau (2015), entre outros que cooperaram para que fosse possível atingir o objetivo da pesquisa.

¹ – Técnica Administrativa, Departamento de Ciência Animal. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: snrbeltrao@gmail.com.

2. A Criação Da Comissão Brasileiro- Americana De Educação Das Populações Rurais (CBAR)

2.1 Objetivos e Finalidades da CBAR

De acordo com Sikora, Hidalgo e Junior (2015), em 20 de outubro de 1945 o Ministério da Agricultura representado por seu Ministro, Sr. Apolônio Sales assina um acordo com a “Inter- American educational Foundation, Inc”, que era uma corporação do Escritório de Negócios Internacionais e repartição do Governo dos Estados Unidos da América, que deu origem a criação da Comissão Brasileiro- Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR). Este acordo foi publicado no diário oficial da União em Abril de 1946, sobre a finalidade do acordo lá esta disposto:

Cláusula I O presente acordo visa: Desenvolver relações mais intimas entre professores do ensino profissional agrícola dos Estados Unidos do Brasil e dos Estados Unidos da América; Facilitar o intercâmbio e o treinamento de brasileiros e americanos especializados em ensino profissional agrícola; Possibilitar que, no setor da educação rural, sejam programadas outras atividades que possam interessar a ambas as partes. (Diário Oficial da União, 1946).

Conforme Peralva (1948), por esse acordo, a Comissão tornou-se parte integrante do Ministério da Agricultura, conforme a cláusula IV, portanto órgão do poder público, peça da máquina do Estado, parcela do Poder Executivo. O autor também cita a cláusula VII, onde foram conferidos a ela e a todo o pessoal todos os direitos e privilégios que gozam as outras repartições do mesmo Ministério e seus servidores, neste sentido todo o pessoal da Comissão, inclusive os americanos, foi equiparado aos funcionários públicos.

O objetivo do acordo era a coordenação e execução de programas de desenvolvimento de comunidades agrícolas por técnicos americanos e brasileiros, essa parceria possibilitou a formação de meios de capacitação do homem do campo, como os centros de treinamento, semanas ruralistas, clubes agrícolas entre outros.

Segundo Barreiro (2006) a CBAR, era composta por um corpo de especialista em educação rural e o acordo propunha a adoção de “Missões Rurais”. Conforme exposto na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos (1950), as missões rurais desenvolvidas no Brasil foram inspiradas nas Missões Rurais mexicanas que datam de 1922, após o triunfo da Revolução social do México, quando o Governo propôs uma campanha para construção de escolas primárias para a população indígena, com o objetivo de melhorar a educação rural.

2.2. Ações De Capacitação Das Técnicas Agrícolas Desenvolvidas Pela Cbar E O Ministério Da Agricultura

Alguns autores fazem críticas a forma de implantação dos programas. As ações de capacitação das técnicas agrícolas desenvolvidas pela CBAR e o ministério da agricultura Mendonça (2010) explica que os trabalhos desenvolvidos pela CBAR só tiveram concretude a partir de 1947, a partir de três iniciativas, foram elas: a criação de Centros de Treinamento de Operários Agrários, a realização de estudos em Sociologia Rural e

¹ – Técnica Administrativa, Departamento de Ciência Animal. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: sndrbeltrao@gmail.com.

Educação visual, além da implementação das semanas ruralistas, que foram responsáveis em disseminar os modernos métodos agrícolas.

A CBAR foi responsável junto com o Ministério da Agricultura por programas voltados para desenvolver o homem do campo e garantir que as gerações futuras fossem capacitadas para manter a demanda da produção agrícola.

De acordo com Mendonça (2007), os Centros respondiam pela produção de alimentos e animais para o auto abastecimento dos alunos, em sua quase totalidade adultos, também comercializam com as comunidades vizinhas. A autora ratifica que os centros de treinamento foram que mais ênfases mereceram da CBAR, tendo-se multiplicado após 1946 através de inúmeros convênios firmados entre a Comissão, agências do Governo Federal, dos governos estaduais e da própria iniciativa privada.

Outra medida de aperfeiçoamento das técnicas agrícolas se deu através dos clubes agrícolas, de acordo com Nicolau (2015), o Ministério da Agricultura tinha em vista a criação desses clubes como proposta de complementação da educação dos jovens, afirmando que estes desenvolviam melhores condições para preparar os futuros trabalhadores.

A autora explica que a educação rural era vinculada inicialmente as ideias e demandas da SNA, que era responsável em afirmar que os clubes seriam espaços extraescolares, que seriam vinculados em forma de anexo às escolas primárias das zonas rurais estes seriam subordinadas ao Ministério da Educação, no entanto a responsabilidade dos clubes agrícolas era do Ministério da Agricultura. Neste sentido:

Ao Ministério da Agricultura cabia o Ensino agrícola de cunho profissionalizante incluindo aprendizes escolares. Centros Agrícolas. Escolas técnicas rurais e Ensino agrônomo enquanto ao MES competia o ensino primário- incluindo os grupos escolares no campo - o ensino médio e superiores não agrícolas. (MENDONÇA, 2010, p. 46).

Almeida e Cavalcante (2015) explicam que as atividades dos Centros de Treinamento de Operários Agrícolas destinavam-se aos estudos de sociologia rural, à assistência social aos estabelecimentos agrícolas sem recursos e ao intercâmbio de conhecimentos, com a viagem de educadores e técnicos nacionais aos Estados Unidos. Um destes e já citado neste trabalho, foram os Centros de Treinamento (CTs) que de acordo com Mendonça (2010) eram destinados exclusivamente à qualificação profissional de trabalhadores rurais adultos.

As semanas ruralistas foram de iniciativa da CBAR, e esta apresentada em nota no Diário Oficial da União as seguintes informações:

Com a colaboração da Comissão Brasileiro- Americana de Educação das Populações Rurais (C.B.A.R), a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária do Ministério da Agricultura levar a efeito três “Semanas Ruralistas” no nordeste. A primeira, de 10 a 16 de setembro próximo futuro, na Escola Agrícola “Floriano Peixoto”, instalada em Satuba. Alagoas; a segunda, de 22 a 26 do mesmo, mês, na Escola Agrícola “João Coimbra”, de Barreiros, Pernambuco, e a terceira, de 29 de setembro a 4 de outubro, na Escola Agrotécnica “Vidal de Negreiros”, no Município de Bananeiras, na Paraíba. (Diário Oficial da União, Seção 1, p. 7, 1947).

¹ – Técnica Administrativa, Departamento de Ciência Animal. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: snrbeltrao@gmail.com.

Também esta explicita nesta seção do DOU (1947), que durante a realização dessas semanas ruralistas os lavradores, criadores e professores rurais, teriam aulas práticas sobre hortipomicultura, defesa sanitária animal e vegetal, contabilidade agrícola, medicina rural, criação dos grandes e pequenos animais, fenação, ensilagem e também seriam ofertados cursos rápidos sobre educação rural entre outros.



Imagem 1: Exposição de produtos Agropecuários na 2ª Semana Ruralista 1948, Escola Agrotécnica “Vidal de Negreiros”, Bananeiras Paraíba , Brasil

Ainda no mesmo documento, fica explícito que haveria exposição de produtos regionais em cada uma dessas semanas, tendo destruição de prêmios, e visando cooperar com o Serviço de Informação Agrícola (S. I. A.), também seriam distribuídos publicações abordando a temática sobre a agropecuária, com distribuição aos interessados até cópias de filmes educativos e distribuição de sementes e material de alfabetização.

No intuito de acentuar a valorização da população e a educação rural foram instituídas ainda as Semanas Ruralistas, que tinham como objetivo disseminar os acontecimentos e conhecimentos técnicos acerca da vida rural, melhores condições de vida.



Imagem 2: Exposição de animais na Semana Ruralista na Escola Agrotécnica “Vidal de Negreiros” Bananeiras Paraíba , Brasil.

É importante ressaltar que as semanas ruralistas aconteciam geralmente nas Escolas de Ensino Agrícola, assim, a fim de tornar

¹ – Técnica Administrativa, Departamento de Ciência Animal. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: snrbeltrao@gmail.com.

esses estabelecimentos centros de atração das populações vizinhas, neles se realizam semanas ruralistas, durante as quais se utilizam o cinema, o rádio, demonstrações práticas, palestras educativas e exposições regionais, como meios capazes de esclarecer e orientar o homem do campo na melhoria de suas condições de vida e de seus métodos de trabalho. (INEP, 1987, p. 182)

A 1ª Semana Ruralista de Areia teve início no dia 14 de abril de 1952 e foi promovida [...] pela Paróquia local, pelo Serviço de Informação Agrícola e Escola de Agronomia do Nordeste, com a colaboração do Ministério da Educação, do Governo do Estado, Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário e Ação Católica Brasileira. (A UNIÃO, 08/04/1952, p. 3). É importante destacar que diferentemente das Semanas Ruralistas promovidas pela Escola Agro-Técnica Vidal de Negreiros, a de Areia contava com uma abertura fortemente pautada nos princípios católicos apresentando como solenidade principal a saudação à imagem de Nossa Senhora do Carmo, padroeira da Escola de Agronomia do Nordeste (EAN), da Ordem Carmelita da Paraíba, sendo seguida de uma missa em homenagem a Virgem do Carmo, que segundo os organizadores da semana seria “ELA” a patrocinadora do evento.



Imagem 3: Alguns aspectos da sessão inaugural da Semana Ruralista de Areia.
Fonte: A UNIÃO, 17/04/1952, p. 6.

Após a primeira semana ruralista de Areia várias outras aconteceram nos anos subsequentes, todavia, vale ressaltar que com a promoção de semanas ruralistas pela EAN, pouco se noticiava sobre as semanas ruralistas da Escola de Agro-Técnica Vidal de Negreiros, a qual foi pioneira na Paraíba e a terceira no Brasil em 1947 nessa ação educativa rural, apenas em 1953, logo depois da euforia em torno da 1ª Semana Ruralista de Areia, o jornal A União destacou a 14ª Semana Ruralista, em Bananeiras. Interessante perceber a força da Igreja Católica nesse momento, já que a Escola Agro-Técnica Vidal de Negreiros não deixava explícita a sua parceria com a Igreja para a promoção de suas semanas ruralistas, enquanto que as da EAN eram intimamente relacionadas com o clero católico, daí muito possivelmente a sua divulgação tão marcante nos impressos paraibanos.

PEREIRA (2013) explica que essas semanas, comparadas aos congressos oferecidos hoje, concorriam para a reunião de

¹ – Técnica Administrativa, Departamento de Ciência Animal. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: snrbeltrao@gmail.com.

agricultores e criadores do interior para discutirem e aprenderem novas técnicas e manejos da agricultura, bem como proporcionava o “incentivo da produção, da educação rural, mecanização da lavoura e outros temas de recuperação do homem do campo” (A UNIÃO, 27/08/1947, p. 4).



Imagem 4: Implementos Agrícolas em exposição na Semana Ruralista no CAVN na década de 40, Bananeiras, Paraíba – Brasil. Arquivo do CAVN

De acordo com PEREIRA (2013), toda essa efervescência de ações voltadas para as questões do campo incutiam o desejo e o favorecimento da fixação do homem no campo, contribuindo possivelmente para o projeto de nação brasileira ruralista. Levando em consideração as mudanças ocorridas a partir da promulgação e efetivação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola não podemos deixar de discutir que apesar dessa lei não estar voltada para o ensino primário rural, ela ampliou os investimentos e articulação nessa área do ensino. Tomando como referência ainda a referida Lei e a Escola Agro-Técnica Vidal de Negreiros, observamos no artigo 14º o qual indica a articulação do ensino agrícola como ensino primário, levando-nos a uma análise bilateral, uma vez que tal ensino, em especial o curso de iniciação agrícola, era equivalente ao curso primário e, ao mesmo tempo, poderia estabelecer relação íntima com esse ramo do ensino. Na Paraíba, tivemos no ano de 1956 a criação das escolas rurais, por razões diferentes o mesmo acontecia com os professores rurais que não conseguiam se fixar no campo em virtude da precária qualidade de vida, sendo este também, um grande problema de expansão e fixação de escolas rurais por toda a Paraíba.

2.3 A origem e evolução da economia doméstica

Segundo OLIVEIRA (2006), o Plano Nacional de Educação de 1937, do Ministério da Educação e Saúde, em 1934, previa a existência de um ensino doméstico reservado para meninas entre 12 e 18 anos. Tratava-se de um ensino feminino, contendo em um dos ciclos, o preparo das mulheres para a vida no lar. De acordo com Ana Carla Meneses de Oliveira (2006), a “cadeira de Economia Doméstica” surgiu no panorama de ensino como “trabalhos manuais”. Colocada no currículo secundário pela Reforma Capanema, até então era vista como um Curso de Economia Doméstica, fazendo parte do ensino técnico-

¹ – Técnica Administrativa, Departamento de Ciência Animal. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: snrbeltrao@gmail.com.

profissional, que fora regulamentado pelo Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio em dezembro de 1909. A Superintendência da Educação Profissional e Doméstica - criada pelo Decreto n. 1604, de 13 de agosto de 1934, subordinada à Secretaria da Educação e Saúde Pública, com sede no Instituto Profissional Feminino da Capital de São Paulo. No CAVN o curso de extensão de economia rural domestica também teve início na década de 30 com cursos de curta duração como corte e costura, bordados conforme comunicação pessoal com a primeira professora orientadora Angelina Coutinho de Medeiros (2024) a mesma trabalhou por 5 anos, deixou de trabalhar porque casou se, na época o diretor adquiriu 3 (três) máquinas de costura para o curso de corte e costura e adornos do lar. O que podemos comprovar com fotos do arquivo do CAVN.



Imagem 5: Alunas do Curso de Economia Domestica, disciplina de corte e costura sob orientação da professora Angelina na década de 30, Bananeiras, Paraíba - Brasil

A escola Agro-Técnica Vidal de Negreiros (CVNA) logo se apropriou das inovações lançadas pela Lei Orgânica do Ensino Agrícola, tendo nos Centros de Treinamentos, promovidos em parceria com a CBAR, uma de suas ações mais avultadas para a época. Tais Centros eram instalados no interior da referida escola, bem como em outros estabelecimentos de ensino agrícola, a exemplo do que ocorrera na Escola de Agronomia do Nordeste, localizada no município de Areia. A referida instituição tinha o objetivo de oferecer cursos de treinamento para professores de escolas rurais e agricultores locais. Em virtude da grande relevância desses cursos pelo interior paraibano, o Jornal A União noticiou, em 1947:

[...] o trabalho da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR) mediante a instalação de CENTROS DE TREINAMENTO para agricultores e professores rurais, já em execução na atual Escola Agro-Técnica “Vidal de Negreiros” e que em face do acôrdo firmado entre este Estado a Superintendência do Ensino Agrícola serão distribuídos em vários centros rurais da Paraíba. (A UNIÃO, 04/02/1947, p. 8)

A Economia Doméstica passou a ser entendida com essas bases porque propunha conhecimento de nutrição racional, higiene da família e da casa, noções de administração e finanças do lar. Muito embora utilizasse princípios básicos da Economia Geral, tais como a divisão do trabalho e do consumo coletivo, acabaram por se voltar apenas para as

¹ – Técnica Administrativa, Departamento de Ciência Animal. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: snrbeltrao@gmail.com.

melhorias domésticas. Incluía ideias artísticas, estéticas, como o gosto no decorar e aparelhar a casa e também a apresentação cuidadosa das mais simples tarefas da vida cotidiana. De acordo com documentos emitidos pela CBAR em 1947 (Imagem 6) o curso de economia rural doméstica no CAVN era de curta duração.

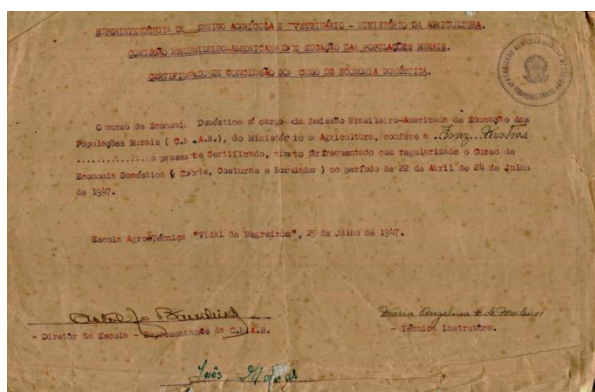


Imagem 6: Do curso de Economia Doméstica (Corte e Costura, e Bordados) de 22 de abril a 24 de julho de 1947.

Importante resaltar que antes do acordo firmado com a CBAR e o CAVN na década de 40 já haviam cursos de extensão para mulheres como corte costura e bordado, para homens curso de ferreiro, artefatos em couro e marceneiro deste final da década de 30 e com o incentivo da CBAR os cursos foram ampliados com contratações de novas professoras no início da década de 50, algumas ex-alunas dos cursos de extensão promovido pelo CAVN antes da CBAR.



Imagem 7: Alunas do Curso de Economia Rural Doméstica, disciplina de arte culinária sob orientação da professora Liana Barbosa na década de 50, Bananeiras, Paraíba - Brasil

O grande marco da CBAR no cursos de formação continuada para as mulheres (filhas e esposas de produtores rurais) foi a implantação do curso de Economia Rural Doméstica em 1959 com cerca de 10 professoras que chegou ao número de cerca de 500 aulas anual, as disciplinas de acordo com o Decreto Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946, a Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinária – SEAV.

¹ – Técnica Administrativa, Departamento de Ciência Animal. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: sndrbeltrao@gmail.com.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal influencia foi na extensão Rural que promoveu diversos cursos para a população rural, para as filhas e esposas de produtores rurais cursos de curta e longa duração de artesanatos diversos, corte costura e bordados outra influencia marcante foi as semanas ruralistas, esses eventos ocorreram por anos e tinham como objetivo discutir aspectos relativos à condição de vida das populações rurais brasileiras. A primeira semana foi realizada em 1947 com a participação de produtores das cidades vizinhas. Os cursos de Economia Rural Doméstica teve inicio da década de 30, mas foi com a influencia da CBAR em 1946 que os cursos foram ampliados.

As semanas ruralistas também foi marcante a influencia da CBAR com incentivo ao aumento da produtividade agropecuária, com cursos de irrigação, adubação, mecanização agrícola e artesanatos, incentivando também outras escolas a promoverem a semana ruralista.

Verificamos como a CBAR incentivou de forma positiva para o desenvolvimento dos cursos de Economia Rural Doméstica e as semanas ruralista nas décadas entre 40 a 70 promovendo a modernização e compreender as necessidades das áreas rurais, principalmente da Paraíba, Brasil e se tornaram espaços de fomento de conhecimento técnico e científico em agricultura e saúde.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J.W.de; CAVALCANTE, M.J.M. O ensino agrícola e as implicações de uma vivência compartilhada. 14º ACongresso de História da Educação, Ceará, 2015.

BARREIRO, IMF. **Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 149 p. ISBN 978-85-7983-130-0. Available from SciELO Books <http://books.scielo.org>.

BARREIRO, I. M. de F. **Articulação entre desenvolvimento econômico e educação aos países latinos: educação rural no Brasil – anos cinquenta**. Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, São Paulo, v. 32, p. 123–142, jun. 2006.

BRASIL. Acordo firmado entre Ministério da Agricultura dos Estados Unidos do American Education Foundation, Brasil e a Inter Educação Rural. Seção 1, p. 7. **Diário Oficial da União, 1946**.

BRASIL. Organização e manutenção dos Centros de Treinamentos. Seção, 1, p. 7, **Diário Oficial da União, 1947**.

BRASIL. Semanas Ruralistas no nordeste. Seção 1, p. 7. **Diário Oficial da União, 1947**.

¹ – Técnica Administrativa, Departamento de Ciência Animal. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: snrbeltrao@gmail.com.

CALAZANS, J. Para compreender a educação do Estado no meio rural – traços de uma trajetória. In: THERRIEN, J; DAMASCENO, M. **Educação e escola no campo**. Campinas: Papirus, 1993. p. 15-42.

CALAZANS, M.J. et.al. Políticas educacionais: Questões e contradições da educação rural no Brasil. In: WERTEIN, J. BORDENAVE, J.D. (org.). **Educação Rural no Terceiro mundo: experiências e novas alternativas**. Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1981.

MENDONÇA, S. Estado, **Educação Rural e Influência Norte-Americana** (1930-1961). Niterói: Editora da UFF, 2010.

INEP - INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS. **A educação nas mensagens presidenciais** (1890 – 1986). Brasília, DF: MEC. Vol. 1 e 2, 1987.

MENDONÇA, S. R. de. Conflitos interestatais e políticos de educação agrícola no Brasil (1930-1950). **Revista Tempos Históricos**. Vol. 10 1º semestre, Niterói, 2007.

SIKORA, D; HIDALGO, A.M; JUNIOR, C. H. A educação rural no Paraná, uma análise a partir de Guarapuara. **Revista Educação e Realidade**, Vol. 40, n. 4, p. 1127-1148, Out./Dez, Porto Alegre, 2015

PERALVA, O. O imperialismo Ianque domina o aparelho estatal do Brasil. Revista Mensal de Cultura Política, nº 13, 1º ed. 1948. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**. Vol. 14, nº 38, 1950.

Oliveira, A.C.M Economia Doméstica: Origem, desensolvimento e campo de atuação profissional. **Vertices**, v. 8 n. 1/3. Jan/dez 2006.

¹ – Técnica Administrativa, Departamento de Ciência Animal. Centro de Ciências Humanas, Sociais e Agrárias. Universidade Federal da Paraíba. Bananeiras, Paraíba, Brasil. E-mail: snrbeltrao@gmail.com.